



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



## ANDES-SN NA LUTA CONTRA A PEC 32



Ensino Remoto: Reitorias e governos pressionam para o retorno presencial nas instituições de ensino superior públicas

Pág. 4 e 5

PEC 32: Reforma administrativa avança com diversos ataques e ameaça carreira docente e função social das universidades

Pág. 6 e 7

# Por uma educação emancipadora: NOSSA LUTA CONTINUA

**E**m setembro intensificamos nossas lutas. Numa conjuntura de quase 600 mil mortes pela COVID 19, de avanço do capital sobre o Fundo Público, ameaças golpistas por parte do governo de Bolsonaro e Mourão, inflação galopante, preços exorbitantes da alimentação, gás de cozinha entre outros, a necessária mobilização nos convoca às ruas!

A participação do ANDES-SN Nacional em todas as frentes que defendem os interesses da classe trabalhadora é central e a derrota imediata do Governo de Bolsonaro-Mourão exige nossa presença ampliando as mobilizações e a construção de unidade com as entidades que compõe o Fonasefe, o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e as Centrais Sindicais.

Essa edição do InformANDES traz o enfrentamento à PEC 32 da contrarreforma administrativa com a matéria “PEC 32 AMEAÇA CARREIRA DOCENTE E FUNÇÃO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES”, discutindo as

principais repercussões dessa medida inconstitucional para a educação e carreira docente, além de atualizar o andamento da matéria no Congresso Nacional. A presença do ANDES-SN e suas seções sindicais em Brasília tem sido decisiva em nossa permanente e necessária mobilização.

Outro importante movimento de resistência que o ANDES-SN esteve desde o início acompanhando e fortalecendo é a luta indígena contra o Marco Temporal. A luta pelo direito à terra e à vida marcou o Acampamento “Luta pela Vida – Nossa História não começa em 1988”, que contou com mais de seis mil indígenas de todo país, destacando-se nesta mobilização a II Marcha das Mulheres indígenas, que teve a presença de mulheres indígenas de 172 povos.

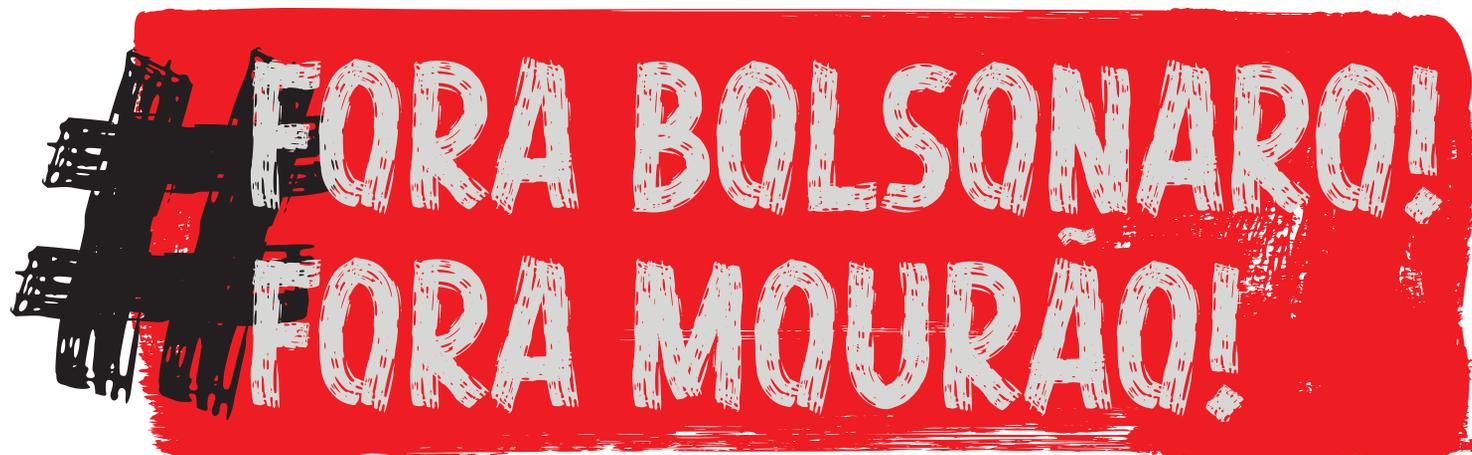
“ATOS DE 7 DE SETEMBRO FORAM MARCADOS PELO 27º GRITO DOS EXCLUÍDOS E DAS EXCLUÍDAS” é a matéria que marca mais um dia de mobilização pelo Fora Bolsonaro em conjunto com o Grito do(a)s Excluído(a)s. Foi um dia intenso

de luta sob ameaças de interrupção das instituições democráticas e republicanas em que precisamos estar fortes e atento(a)s para manter a disposição em derrotar em governo genocida.

No âmbito da Educação a matéria “DOCENTES SE MOBILIZAM CONTRA O RETORNO PRESENCIAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR” mostra o descompromisso com a vida e com a segurança sanitária ao decretarem o retorno presencial e/ou híbridos. Frente a esta situação já temos docentes, técnico(a)s administrativo(a)s e estudantes em greve, como é o caso na UFLA (Universidade Federal de Lavras). Esse é um desafio posto para o conjunto do Sindicato no próximo período.

Por fim, no ano em que marca o centenário de nascimento do Mestre Paulo Freire, o ANDES-SN traz a lembrança histórica e política: “PAULO FREIRE – 100 ANOS DO PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Deixamos aqui nosso convite à leitura e à luta por uma educação emancipadora!



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Edgard Léda, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens



# PAULO FREIRE

## 100 ANOS DO PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

"É FUNDAMENTAL DIMINUIR A DISTÂNCIA ENTRE O QUE SE DIZ E O QUE SE FAZ, DE TAL FORMA QUE, NUM DADO MOMENTO, A TUA FALA SEJA A TUA PRÁTICA."

"NÃO SE PODE FALAR EM EDUCAÇÃO SEM AMOR."

"QUANDO A EDUCAÇÃO NÃO É LIBERTADORA, O SONHO DO OPRIMIDO É SER O OPRESSOR."

### Biografia

O educador e filósofo Paulo Freire nasceu em Recife, no dia 19 de setembro de 1921. Pensador dialético, defendeu que a educação é um caminho a ser trilhado pelo(a) próprio(a) educando(a), que cria o rumo de seu aprendizado. Ao combater o formato educacional que chamava de bancário, tecnicista e alienante, fez história na pedagogia mundial e se tornou o Patrono da Educação Brasileira. Sua prática didática, crítica e popular ultrapassa o objetivo da escolarização, almejando a formação de uma consciência política. É o brasileiro que mais recebeu homenagens, entre elas 35 títulos de Doutor Honoris Causa de universidades da Europa e América e o prêmio da Unesco de Educação para a Paz, em 1986. Faleceu em 2 de maio de 1997, mas a sua pedagogia libertadora permanece e o seu legado vive em cada indivíduo oprimido que tem a oportunidade de superar sua condição e recuperar o seu senso de humanidade.

### Legado

A educação crítica de Paulo Freire influenciou um sem número de teóricos e movimentos. Na África do Sul, o método Freire ensejou o Movimento da Consciência Negra, na década de 1970, identificado com a figura de Steve Biko.

Em 2016, uma pesquisa da *Open Syllabus* revelou que *Pedagogia do Oprimido*, escrito por Paulo Freire em 1970, é o 99º livro mais citado em universidades dos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. Já a *London School of Economics* descobriu que *Pedagogia do Oprimido* é o terceiro livro mais citado mundialmente na área das Ciências Sociais. Na América do Norte, o movimento "matemática radical" enfatiza questões de justiça social e pedagogia crítica como componentes de currículos de matemática. Entre os nomes de escolas públicas no Brasil, o que mais se repete é o do nosso maior educador, Paulo Freire.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para a página da revista *Universidade e Sociedade*.



# Docentes se mobilizam contra retorno presencial nas instituições de ensino superior públicas

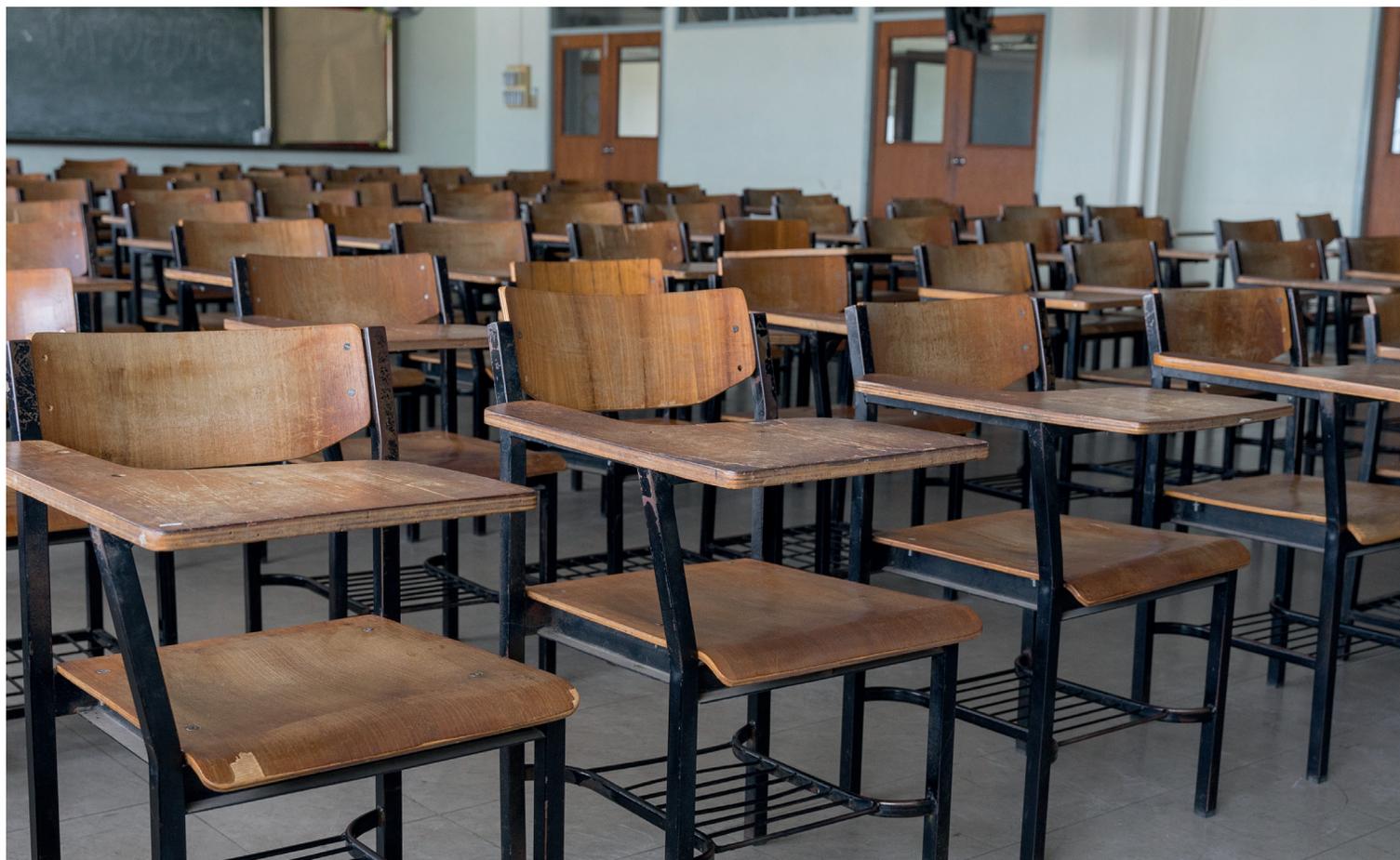


FOTO: SHUTTERSTOCK

**S**em diálogo com a comunidade acadêmica, ignorando a pandemia da Covid-19 e sem plano efetivo de segurança sanitária, universidades e governos têm imposto de forma acelerada o retorno às aulas presenciais nas instituições de ensino superior (IES) públicas.

Na Universidade Federal de Lavras (Ufla), por meio da Portaria nº 787/2021, a reitoria determinou a volta integral das atividades presenciais para técnicas, técnicos e docentes em 8 de setembro, com sinalização de uma retomada massiva - ainda que não integral - de estudantes até o final do mesmo mês.

Segundo Larissa Bulhões, vice-presidenta da Associação dos Docentes da Ufla (Adufla - Seção Sindical do ANDES-SN), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) deliberou, sem ouvir a comunidade acadêmica, o retorno de cerca de 3,5 mil estudantes para aulas práticas presenciais e de mais de 1 mil servidores e servidoras do corpo docente e técnico-administrativo. "O retorno das atividades e aulas práticas presenciais será imposto na ausência de imunização completa do corpo discente de graduação e pós-graduação

e sem respeitar os índices da cobertura vacinal, que apontam que pelo menos 70% da população deve estar imunizada para conter a circulação do vírus. Ademais, os protocolos sanitários propostos pela Ufla são crassamente insuficientes e sem um respaldo científico idôneo para tratar das especificidades de nossas atividades e os espaços físicos são inadequados para o exercício laboral seguro", afirma a docente.

Dados do início de setembro, levantados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), apontaram que 65% do corpo discente da Ufla ainda não tinham tomado a primeira dose da vacina e 31% havia recebido apenas a primeira dose.

A diretora Adufla SSind. denuncia ainda que a universidade não adquiriu insumos em quantidade minimamente adequada para o trabalho, como equipamentos de proteção individual (EPIs), álcool em gel 70%, tapetes sanitizantes, entre outros. Ela conta que, diante da falta de diálogo e de negociação por parte da universidade, as e os docentes deliberaram, em assembleia, pela greve sanitária, com a suspensão das atividades e aulas presenciais, em defesa da preservação da saúde e da vida da

comunidade acadêmica e da população de Lavras (MG). As atividades das e dos docentes continuam de forma virtual. Além das e dos docentes, o corpo técnico-administrativo e discente da pós-graduação da Ufla também estão em greve.

## Ufpa

Na Universidade Federal do Pará (Ufpa), a situação é semelhante. No dia 6 de setembro, o Conselho Superior de Administração (Consad) publicou a Resolução 1.526, que ordena a realização presencial de atividades acadêmicas e administrativas nos campi da universidade. O documento não detalhou quais as condições que a instituição irá oferecer à comunidade acadêmica para que o retorno presencial seja feito com segurança.

A diretoria da Associação dos Docentes da Ufpa (Adufpa SSind.) se manifestou contrária à volta presencial no momento atual da pandemia, sem as devidas condições de segurança necessárias e sem diálogo com a comunidade acadêmica. A Adufpa SSind. apontou o corte orçamentário na instituição, que ultrapassou R\$ 30 milhões e também

dificulta a oferta de condições adequadas.

“A realidade são campi sucateados, sem condições mínimas de trabalho e manutenção. Diante dessa contradição, a Adufpa SSind. pergunta: qual suporte a Reitoria irá oferecer para garantir o retorno seguro?”, diz um trecho do editorial publicado pela seção neste mês.

Na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), localizada no Rio Grande do Sul, a reitoria publicou em 30 de julho, sem debate com a comunidade acadêmica, a Instrução Normativa (IN) 17, que dispõe sobre o retorno de aulas práticas no formato presencial para os cursos da área da Saúde e prováveis formandos e formandas, mediante assinatura de um termo de responsabilidade. Na época, a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pampa (Sesunipampa SSind.) se manifestou contra a medida e afirmou que o ato pressionaria para um retorno presencial inseguro, em um momento em que são enfrentadas dificuldades sanitárias, sobretudo, porque a universidade sequer tem orçamento suficiente para abertura dos restaurantes universitários e demais políticas de assistência estudantil, assim como uma estrutura sanitária que proteja do contágio da Covid-19.

Na Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), a reitoria divulgou um comunicado em 28 de julho afirmando que o novo semestre letivo, que iniciou no dia 9 de agosto, seria remoto emergencial. Porém, em uma live transmitida no canal da instituição, em 16 de agosto, a reitora da universidade anunciou que as aulas de algumas disciplinas práticas seriam ministradas no formato híbrido, presencial e remoto, a partir do mês de outubro. Nos cursos da área da Saúde, as aulas já foram retomadas.

## Governos pressionam

Além das administrações das universidades, governos estaduais também pressionam pela volta às aulas nas instituições de ensino superior públicas. É o caso do estado do Ceará que, no final de junho, autorizou a volta às aulas presenciais do ensino superior. O decreto, bastante criticado pelas seções sindicais do ANDES-SN, oferece a estudantes a opção de ter aulas remotas, com sistema híbrido, ou apenas presencial. Mesmo com o aval do governo, muitas universidades optaram pelo ensino remoto emergencial (ERE). A seção sindical do ANDES-SN na Universidade Vale do Acaraú (UVA) (Sindiuva SSind) denunciou recentemente



Foto: SINDIUVASSIND

que o campus onde funciona o Centro de Ciências Humanas está abandonado. A reforma está paralisada há três anos e não há água nos banheiros para lavar as mãos.

Na Bahia, o governo estadual anunciou a retomada das aulas presenciais nas universidades para o dia 9 de agosto. Ameaçou, inclusive, professoras e professores com corte de salários, caso não retornassem às aulas presenciais. Em assembleia, as e os docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) reafirmaram posição contrária à retomada das atividades presenciais, sem a imunização completa da população e a garantia de medidas sanitárias de segurança para o controle da Covid-19. Foi aprovado também que a categoria discutirá o protocolo sanitário necessário à retomada, gradual e em semestre ainda indefinido, das atividades acadêmicas presenciais na Uefs.

De acordo com Gustavo Seferian Machado, encarregado de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, o Sindicato Nacional tem se colocado contrário a toda e qualquer forma de pressão para retorno presencial, sem as garantias mínimas de segurança sanitária.

“O ANDES-SN, de forma enfática, tanto no âmbito nacional quanto através das suas seções sindicais, vem construindo lutas contrárias a esse retorno, sobretudo, diante da permanência dos riscos de contaminação, do surgimento das novas variantes de Covid-19 e o insuficiente

número de pessoas vacinadas com o ciclo completo. Embora professoras e professores tenham sido vacinados, isso não ocorre com outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras das instituições de ensino e com estudantes, o que traz um processo de potencial agravamento da pandemia da Covid-19”, disse.

Para o diretor do ANDES-SN, a categoria deve se manter mobilizada e fazer o enfrentamento a governos e reitorias que determinem o retorno presencial colocando a saúde da comunidade acadêmica em risco. “As instituições e governos que insistirem na volta presencial, sem diálogo, sem vacinação em massa e sem condições de segurança, a categoria deve se colocar como a Adufla SSind, que deflagrou uma greve sanitária. O movimento paredista é uma das principais ferramentas para se construir esse tipo de enfrentamento, aliado a outras ações”, ressaltou.

## PL 5595/20

Aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 5595 que classifica a educação como “serviço essencial” e proíbe a suspensão dos serviços presenciais durante emergências e calamidades públicas perdeu fôlego quando chegou ao Senado Federal. O ANDES-SN e demais entidades do setor da educação mobilizaram intensamente suas bases para pressionar as e os parlamentares a votarem contra a proposta. O Sindicato Nacional também publicou uma carta aberta contra o PL, na qual alertou que a medida, se aprovada, colocará em risco a vida de todas e todos envolvidos na comunidade universitária.

# PEC 32 ameaça carreira docente e função social das universidades



**A**pós várias manobras da base do governo e a apresentação de sete textos substitutivos por parte do relator deputado Arthur Maia (DEM-BA), a Comissão Especial da Câmara Federal, que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, aprovou, no dia 23 de setembro o texto-base do relator. Foram 28 votos favoráveis e 18 contrários ao sétimo parecer da Reforma Administrativa.

A PEC 32 tem sido combatida com muita mobilização e pressão por parte de servidoras e servidores, entidades sindicais, movimentos sociais e população em geral, que temem o desmonte dos serviços públicos caso a medida seja aprovada.

Entre os ataques previstos no texto que seguiu para apreciação do Plenário da Câmara está o fim da estabilidade para trabalhadores no serviço público, a redução de salário e jornada em até 25%, a extinção de cargos e demissões de servidores dos cargos considerados obsoletos.

Outras duas mudanças significativas podem representar o fim dos serviços públicos e da estrutura do Estado como conhecemos hoje. Uma é a possibilidade de contratação de servidores temporários por dez anos para Saúde, Educação, Segurança Pública e todas as demais todas as áreas que não sejam carreiras consideradas típicas de Estado, inclusive para cargos de gestão. Isso irá favorecer

indicações políticas, cabides de emprego e a possibilidade de corrupção.

A outra é a prevista no Artigo 37-A. A proposta foi retirada e depois resgatada pelo relator e consta do parecer aprovado pelos parlamentares da Comissão Mista. De acordo com o novo artigo, que será incluído na Constituição Federal, “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira”. Essas duas alterações praticamente inviabilizam a realização de concursos públicos.

Além disso, a proposta que será apreciada em Plenário pelos parlamentares tira a prerrogativa do Legislativo de regulamentar as mudanças previstas na PEC, delegando ao Executivo fazê-lo, inclusive por Medida Provisória.

## Impacto para a carreira docente

Uma das perversidades contidas na reforma administrativa, segundo o professor José Menezes, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), é a possibilidade de desmonte das carreiras dos servidores e das servidoras, entre os quais dos

e das docentes. Menezes alerta para a possibilidade de serem retomados patamares anteriores a 1985, quando não havia a estruturação da carreira docente, que garante progressões verticais e horizontais de acordo com tempo de serviço e titulação, nem mesmo regimes de trabalho. Conquistada em 1987 pela força da luta e greve da categoria docente, a carreira docente vem colecionando ataques e perdas salariais desde o governo Collor (1990-1992).

“É importante que a nova geração de professores saiba que essa carreira que agora querem eliminar é fruto da luta não só dos professores, porque nós tivemos adesão de técnicos, estudantes e todos os servidores nessa mobilização. Esse aspecto é muito importante”, ressalta.

O docente lembra que a carreira do professor federal, garantida com muita luta em 1987, serviu também como referência para a luta por carreira nas universidades estaduais, municipais e também particulares e confessionais.

Além disso, ele ressalta que a carreira conquistada compreendia não apenas o período de docência, mas também de aposentadoria. No entanto, isso começou a ser desmontado com a reforma da previdência em 2003 e, depois, com a criação do fundo de pensão dos servidores federais (Funpresp), em 2012, o que dividiu da categoria docente.

Menezes aponta ainda que outro fator importante nesse processo foi a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública de direito privado, para gerir os hospitais universitários.

## Ataque ao tripé Ensino Pesquisa Extensão

Segundo docente da Ufal, a grande conquista que o movimento docente garantiu no período da Constituinte foi a concepção de universidade pública, prevista nos artigos 206 e 207 da Constituição Federal, o garante que as instituições públicas de ensino tenham compromisso social e se baseiem no tripé ensino, pesquisa, extensão.

Menezes lembra ainda que já houve diversos ataques a esse projeto de universidade, como os vários cortes orçamentários e o desmonte dos órgãos de fomento de pesquisa, como a Capes e

o CNPQ, que pavimentaram o caminho para o golpe agora posto com a PEC 32.

“O que nós podemos ter, vindo dessa reforma administrativa, é uma "Ebensino", que seja talvez uma imitação da Ebserh, que é quando você dissocia, desresponsabiliza a universidade de ter esse compromisso social do ensino, pesquisa, extensão”, alerta.

O artigo 37-A pode abrir a possibilidade transferência da gestão de parte, ou o todo, das instituições para a iniciativa

privada, assim como vem ocorrendo com os hospitais universitários.

“Estão tentando liquidar o servidor e o serviço público num momento em que mais cristalina ficou a sua importância. Porque se não fossem os servidores públicos, que estão cumprindo todas as funções que minimizam os efeitos da pandemia, nós poderíamos ter tido uma tragédia ainda maior”, afirma.

Confira ao lado, o podcast ANDES Entrevista, com o professor José Menezes, da Ufal.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para o episódio do podcast ANDES Entrevista:



## PEC32: SE VOTAR NÃO VOLTA!

Desde que houve a sinalização de votação do primeiro parecer da PEC 32, o ANDES-SN junto com diversas entidades têm mantido intensa mobilização em Brasília, nos estados e nas redes sociais para pressionar os e as parlamentares a votarem contra a proposta. Veja alguns registros dos protestos na capital federal:



# Atos de 7 de setembro foram marcados pelo 27º Grito dos Excluídos e das Excluídas

*Manifestação é contraponto aos desfiles oficiais, denuncia exclusão de grupos da nossa sociedade e propõe de caminhos para a inclusão*

**C**onjunto de manifestações realizadas durante a Semana da Pátria no país inteiro desde 1995, o Grito dos Excluídos e das Excluídas culmina com um grande ato no Dia oficial da Independência do Brasil, 7 de setembro. Com forte participação dos movimentos sociais, a manifestação é, de certa forma, um contraponto aos desfiles oficiais que costumam celebrar os feitos dos governos e autoridades. O movimento procura denunciar a exclusão de determinados grupos da sociedade e propor caminhos para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Com o lema “Vida em primeiro lugar”, a 27ª edição do movimento foi realizada em meio a atos antidemocráticos incentivados pelo presidente da República e a retrocessos protagonizados pelo governo federal, apoiados e reproduzidos por governantes estaduais e municipais.

Em São Paulo, o governador João Dória (PSDB) tentou proibir a realização da tradicional manifestação do Grito dos Excluídos e das Excluídas por ser um protesto contrário ao governo Bolsonaro. O empresário que ocupa o Palácio dos Bandeirantes tentou permitir apenas a realização dos atos golpistas a favor do presidente. Dória alegou preocupação com a segurança, embora as duas manifestações estivessem programadas para ocorrer em locais diferentes.

Os movimentos que organizam o Grito dos Excluídos e das Excluídas afirmaram que não admitiriam a censura, o cerceamento da liberdade de expressão e manifestação e continuaram preparando o ato, que foi realizado no Vale do Anhangabaú. O Grito ocorreu também em todas as capitais e dezenas de cidades de todo o país, além de atos promovidos em países da Europa, como Alemanha e Portugal.

Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN, conta que o Grito dos Excluídos e das Excluídas foi criado por iniciativa de várias entidades, parte da Igreja Católica e também de movimentos sociais que sempre foram marginalizados. na construção das lutas sociais, mas hoje encontram-se fortalecidos.

“É um movimento que foi inaugurado no dia 7 de setembro justamente para mostrar que essa data em que se comemora uma suposta

independência do Brasil é uma história de negligência para a maior parte da população, cujas histórias foram de exclusão, de marginalização, de secundarização pelas políticas públicas”, explica.

De acordo com a diretora, o protesto surgiu, e segue, com caráter de denúncia e de promover a visibilidade de grupos historicamente mantidos à margem da sociedade. “Ao longo do tempo, outras organizações foram adensando para dar apoio ao movimento. Desse modo, temos várias centrais sindicais e partidos políticos que dão apoio ao Grito dos Excluídos e das Excluídas”, completa.

## Fora Bolsonaro e Mourão

Os atos do Grito dos Excluídos e das Excluídas também foram incorporados na agenda da Campanha Fora Bolsonaro. Assim, milhares de pessoas foram às ruas exigir o impeachment de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, além de protestar contra a política genocida, ultraliberal do governo federal. Entre as pautas dos atos estavam os cortes de quase R\$ 30 bilhões no orçamento deste ano, que afetaram programas na área da Saúde, e a redução de 18% no orçamento das instituições federais de ensino.

Outras bandeiras levantadas nos atos foram a defesa da soberania nacional, contra a privatização das estatais, da retirada dos direitos dos povos originários em benefício do agronegócio e da mineração e em repúdio ao alto desemprego e inflação, principalmente em itens de necessidade básica, que tem relação direta com o aumento da pobreza e fome no país.

“Se ao longo dos anos essa situação [de precarização e política neoliberal] vem piorando, nesses dois últimos anos com o governo Bolsonaro estamos em uma realidade dramática de corrupção, desemprego, inflação e ataques à democracia. A situação de miséria, de fome, de inflação e desemprego está tão alta que o Grito precisou ser ainda mais enfático na apresentação de suas lutas”, aponta Regina.

“E como estamos com seríssimos ataques à população indígena, na iminência do julgamento do Marco Temporal e da votação do PL 490, tivemos um processo de mobilização muito maior dos indígenas porque foi extremamente necessário, indispensável”, conclui a secretária-geral do ANDES-SN.



Foto: DIVULGAÇÃO ADJFC/ANDES



Foto: ADJFC



Foto: IMPRENSA ANDES-SN



Foto: LAZARO MENDES



Foto: ADUFC



Foto: DIVULGAÇÃO ADUFC/PA SIND



Foto: LAZARO MENDES

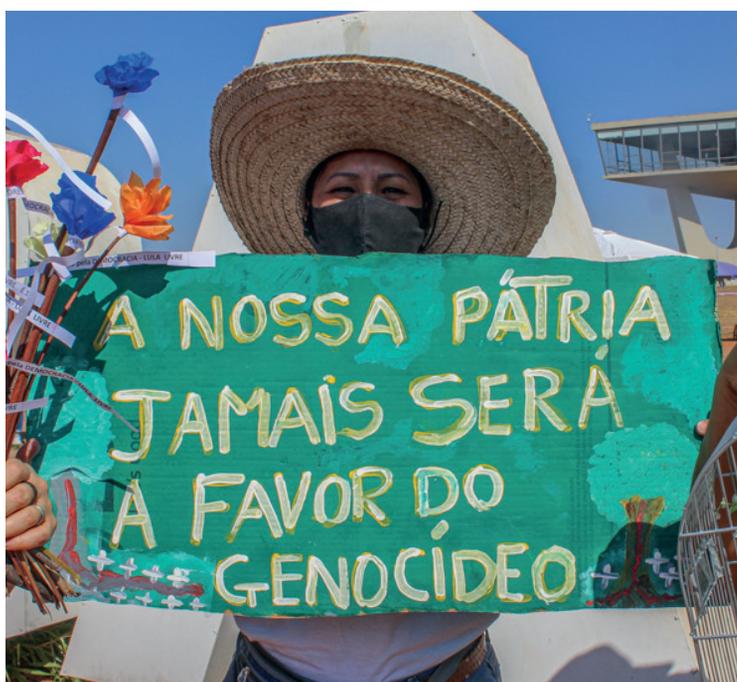


Foto: LAZARO MENDES



Foto: LAZARO MENDES

# Sob governo Bolsonaro, indígenas têm seus direitos usurpados



FOTO: FRAN REBELATO

**E**m uma década, de 2011 a 2020, os conflitos envolvendo terras no Brasil aumentaram 92%. É o que aponta o relatório “Conflitos no Campo”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgado no Dossiê Internacional de Denúncias dos Povos Indígenas. De 2019 para 2020, sob o governo de Jair Bolsonaro, o aumento foi de 25%, com 1.576 ocorrências de conflitos por terra só em 2020.

As disputas, no ano passado, envolveram 171.625 famílias. Dessas, 56% são famílias indígenas (96.931). Os enfrentamentos são gerados, principalmente, por ação do setor agropecuário, da mineração, garimpo ilegal, grilagem e extração de madeira, segundo o documento.

O Documento Internacional de Denúncias reuniu as graves violências e ameaças que pairam sobre as vidas, corpos e territórios dos povos indígenas no Brasil entre 2020 e 2021. As e os indígenas são alvos de ameaças institucionais com o avanço da agenda anti-indígena e as ameaças socioambientais que sofrem do poder econômico.

O Dossiê, construído pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), foi entregue e protocolado em instâncias públicas brasileiras, em organismos multilaterais e enviado para outros países com os quais o Brasil possui relações diplomáticas. Antes da divulgação do dossiê, a organização

também protocolou denúncia perante o Tribunal Penal Internacional, em Haia, pedindo a investigação de Jair Bolsonaro por crimes de genocídio e ecocídio. Para a Apib, as ações e omissões do governo federal resultaram em mais violência e conflitos nos territórios indígenas.

“O movimento indígena do Brasil está conectado com o Fora Bolsonaro e compreende que a política internacional e nacional do Brasil de isolamento promovida por este governo, abre um espaço para a sua própria derrubada. Nesse período, não houve demarcação de terras e, para agravar a situação, querem retirar as terras das e dos indígenas, como está previsto no Marco Temporal e em muitos projetos que tramitam no Congresso Nacional. Essa política anti-indígena tenta derrubar todas as possibilidades da vida e do bem viver dos povos indígenas no Brasil”, afirmou Zuleide Queiroz, 2ª vice-presidenta do ANDES-SN e da coordenação de Políticas de Classe para as Questões Etnorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS).

## Desmonte

O desmonte das políticas voltadas aos povos indígenas é apontado pelo dossiê a partir da própria Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, incumbido de etapas essenciais nos processos de demarcação de terras.

## Demarcação

Atualmente, há aproximadamente 1.290 terras indígenas no Brasil, das quais 408 estão regularizadas, 287 estão em alguma fase do procedimento de demarcação, 40 em situação de reservas, 21 dominiais, 6 em restrição devido à presença de povos isolados e, aproximadamente, 528 são reivindicadas pelos povos, sem nenhum reconhecimento por parte dos órgãos indigenistas. Os dados publicados no dossiê foram levantados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em 2018.

De acordo com as denúncias da Apib, o órgão governamental foi transformado em uma agência sem recursos humanos, técnicos e financeiros e tem sofrido constantes ataques e significativas mudanças estruturais. O atual presidente da Funai, Marcelo Xavier da Silva, por exemplo, publicou uma instrução normativa que autoriza a emissão de títulos de imóveis privados em terras indígenas não homologadas. Marcelo é um delegado da Polícia Federal que atuou como assessor da bancada ruralista no Congresso Nacional.

## Covid-19

Em 2020, com a pandemia da Covid-19, ficaram mais evidentes as consequências nefastas do desmonte das estruturas. Além da Funai, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e os distritos sanitários especiais indígenas que já sofriam com poucos recursos e aparelhamento no governo Bolsonaro, com o novo coronavírus, tiveram a situação agravada. Mais de 59, 1 mil pessoas indígenas foram infectadas e 1,2 mil morreram em decorrência do vírus.

A instituição denunciou que menos de 1% do orçamento destinado à prevenção da Covid-19 foi executado pela Funai. “E, no sentido oposto do que apontam os estudos científicos, o governo federal utilizou nossas comunidades como depósitos de hidroxiquina, medicamento ineficaz no combate ao vírus”, aponta o documento.

## Garimpo

O garimpo ilegal tem ocasionando grandes impactos ambientais e conflitos nas terras indígenas. Em maio deste ano, as e os indígenas da aldeia Palimiu, na Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima, foram alvos de uma sequência de ataques



FOTO: FRAN REBEIATTO

de disparos de arma de fogo feitos por garimpeiros que, em barcos, intimidaram a comunidade. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), cerca de 20 mil garimpeiros vivem e atuam ilegalmente, hoje, dentro da TI.

Já no estado do Pará, foram registrados 41 casos de invasões entre março a novembro de 2020. A TI Munduruku, que aguarda a publicação da sua Portaria Declaratória, sofre com um ostensivo aumento de violações por garimpeiros, palmiteiros e madeireiros.

Segundo o serviço de alerta de desmatamento e degradação florestal na Amazônia Legal, feito por satélite de alta frequência, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 72% de todo o garimpo realizado na Amazônia entre janeiro e abril de 2020 ocorreu dentro de áreas que deveriam ser protegidas - terras indígenas e as unidades de conservação.

### Retrocessos

O documento reúne também uma série de informações relevantes, que demonstram o projeto anti-indígena, que é orquestrado com a participação direta do Poder Executivo, projetos do Legislativo, e decisões que passam por instâncias do Poder Judiciário.

Além do desmonte realizado pelo Executivo nas políticas indigenistas, no Congresso Nacional tramitam projetos que ameaçam seriamente os direitos territoriais e provocam violações de direitos humanos em votação no Congresso Nacional, com participação direta da bancada ruralista e apoio público do Poder Executivo.

### Projetos que ameaçam os direitos indígenas

Um dos projetos que ganhou repercussão e que ameaça os direitos indígenas é o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que propõe transferir para o Congresso Nacional a competência de demarcar terras indígenas, entre outras medidas que violam os direitos de usufruto exclusivo das terras indígenas. O PL pode entrar na pauta de votações do plenário da Câmara a qualquer momento e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal. Outro ataque vem por meio do PL 2633, chamado de PL da Grilagem, que regulariza a ocupação indevida de terras públicas, favorece a impunidade de crimes ambientais e facilita o desmatamento ambiental. O projeto foi aprovado na Câmara e se encontra no Senado. Já o PL 2159/2021, aprovado na Câmara, flexibiliza as regras para licenciamento ambiental. Neste momento, o PL está na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Há ainda outros projetos parados na Câmara, como o PL 191/2020, do Poder Executivo, que autoriza a exploração das terras indígenas por grandes projetos de infraestrutura e mineração.

No âmbito do Poder Judiciário, o STF é responsável pelo julgamento que definirá a vida das e dos indígenas do país. O “Marco Temporal” é a tese que determina que os povos originários só teriam direito às terras ocupadas na data da promulgação da Constituição Federal (CF), 5 de outubro de 1988. Segundo juristas, a tese é inconstitucional por ferir o artigo 231, que garante aos povos indígenas direitos originários sobre as terras de ocupação tradicional.

### Repercussão Geral

O Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365/SC discute um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) em face do povo Xokleng. A área, ocupada pelos indígenas, é sobreposta a um parque estadual e já foi identificada como parte da Terra Indígena (TI) Ibirama Laklãnõ. O caso recebeu, em 2019, status de “repercussão geral”, o que significa que a decisão servirá de diretriz para a gestão federal e todas as instâncias da Justiça no que diz respeito aos procedimentos. O julgamento no STF vem se arrastando há meses. No dia 15 de setembro, a sessão foi suspensa novamente após o pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes, depois que o ministro Kassio Nunes Marques proferiu voto favorável à tese do Marco Temporal. Não há, ainda, previsão de data para retomada do julgamento.

### Resposta nas ruas

As e os indígenas de diversas partes do país têm se mobilizado e realizado diversas manifestações contra esses ataques. De 7 a 11 de setembro, mais de 5 mil mulheres de 172 povos originários participaram da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas que ocorreu em Brasília para denunciar a violência de gênero e o Marco Temporal.

Antes, no final de agosto, milhares de indígenas estiveram presentes na capital, no acampamento “Luta pela Vida”, para acompanhar o julgamento no STF e contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional.

Em junho deste ano, as e os indígenas estiveram na capital para acompanhar a tramitação do PL 490 na Câmara e o julgamento da tese do Marco Temporal. Na época, policiais do DF atacaram as e os indígenas em frente à Casa Legislativa, com disparos de balas de borracha e, também, na frente da sede da Funai com spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio.

“Os povos indígenas vem sendo dizimados historicamente no Brasil e, agora em 2021, mesmo sabendo das contradições e do número de mortes mais presente nas populações pobres (afrobrasileira e indígena) os povos originários compreendem que o maior risco é morrer dentro de casa e dos seus espaços com a política genocida do governo Bolsonaro. Por isso, migraram para Brasília e as principais capitais para dialogarem com a população, com o objetivo de denunciar o que está acontecendo com os povos originários e que muitas vezes a gente não sabe e não tem conhecimento. Reunir mais de 6 mil indígenas na capital federal e mobilizar quase todo o território nacional é inspiração para a luta para qualquer categoria de trabalhadores e trabalhadoras e, especialmente, do serviço público na luta pela derrubada da PEC 32”, finalizou a diretora do ANDES-SN.